



Theomai

ISSN: 1666-2830

theomai@unq.edu.ar

Red Internacional de Estudios sobre Sociedad,  
Naturaleza y Desarrollo  
Argentina

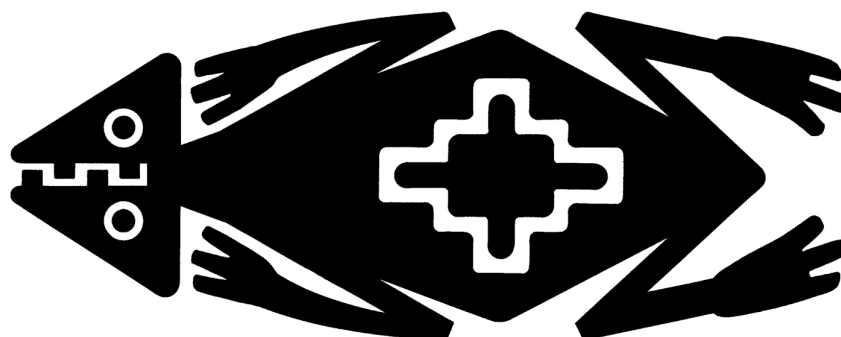
Sacco dos Anjos, Flávio; Velleda Caldas, Nádia  
A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma  
nova formação discursiva  
Theomai, núm. 20, 2009, pp. 22-33  
Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo  
Buenos Aires, Argentina

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12415108003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



número 20 (segundo semestre 2009)  
number 20 (second semester 2009)

*Revista THEOMAI / THEOMAI Journal*

*Estudios sobre Sociedad y Desarrollo / Society and Development Studies*

*Issn: 1515-6443*

**A propósito do debate sobre pluriatividade e  
multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma  
nova formação discursiva**

*Flávio Sacco dos Anjos<sup>1</sup>  
Nádia Velleda Caldas<sup>2</sup>*

**1. Introdução**

As duas últimas décadas inauguram novos temas na agenda de investigação social sobre a agricultura e o mundo rural brasileiros, momento no qual questões e fenômenos, até então desconhecidos, são incorporados à reflexão acadêmica. Em um esforço de síntese é possível identificar três grandes eixos temáticos que conformam dita agenda, a saber:

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Mestrado em Ciências Sociais Universidade Federal de Pelotas e pesquisador do CNPq. E-mail [flaviosa@ufpel.edu.br](mailto:flaviosa@ufpel.edu.br).

<sup>2</sup> Socióloga, Mestre em Ciências, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas. E-mail



#### a) Consolidação da agricultura familiar enquanto categoria de análise e objeto de políticas públicas

Há uma produção acadêmica que ganha consistência sobre o que hoje se denomina dinâmica da agricultura familiar. Desde o ponto de vista científico, se reconhece sua especificidade como forma social de produção, que se orienta sob uma lógica de funcionamento que visa garantir a reprodução social da família rural e satisfazer as necessidades de consumo de seus membros. É conveniente dizer que sua ascensão como ator social, surge como resultado da pressão política exercida pelos movimentos sociais que incrementam sua atividade a princípios dos anos noventa. Entre estes sobressai, em primeiro plano, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e os setores progressistas da Igreja Católica, cujas atuações desembocam em manifestações multitudinárias como os “Gritos do Campo” e “Gritos da Terra” nos estados meridionais e na capital federal. A intensa atividade e capacidade de articulação teve como resultado a criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF” em 1994, como instrumento de crédito destinado a financiar pequenas explorações que trabalham fundamentalmente com base no uso da força de trabalho da própria família e em áreas reduzidas de terra.

#### b) Incorporação do universo da sustentabilidade

Este segundo eixo vincula-se à influência exercida por organizações nacionais e estrangeiras em prol da busca de soluções para os problemas ambientais, particularmente os que resultam do impacto de um padrão de agricultura produtivista e das transformações a ele associados (exclusão social, degradação ambiental, dependência tecnológica, êxodo rural, etc.). A sustentabilidade é compreendida em sua natureza multidimensional (social, ambiental, econômica, política, ética e cultural) e como um projeto contraditório e complexo do ponto de vista de sua implementação. Com efeito, não são poucos os estudos que visam aproximar-se ao exame desta questão, assim como formular novos enfoques dirigidos a conceber políticas públicas capazes de suplantam a perspectiva produtivista e imediatista que convencionalmente inspirou a atuação governamental no âmbito da agricultura e do mundo rural.

#### c) Estudos sobre a nova ruralidade. Pluriatividade e multifuncionalidade

No período sublinhado surge um interessante debate a partir do reconhecimento de que se impõem no campo brasileiro novas dinâmicas no que toca à ocupação da população ativa. Os estudos sobre a pluriatividade se iniciam no primeiro lustro dos anos noventa através de estudos pioneiros e localizados (Sacco dos Anjos, 1994; Schneider, 1995). Entretanto, é sobretudo por força da aparição do Projeto Rurbano<sup>3</sup> que dito fenômeno ganha dimensão nacional enquanto objeto da reflexão acadêmica (Schneider e Navarro, 2000; Campanhola e Graziano da Silva, 2000). Além dos agricultores pluriativos, identificam-se “novos atores sociais” no campo, como é o caso de desempregados, aposentados, pensionistas e outras categorias, cuja sobrevivência depende cada vez mais de atividades e ingressos que pouco ou nada têm a ver com a agricultura.

É justamente sobre esse eixo temático que o presente artigo reivindica um espaço à reflexão. Alguns questionamentos nos ajudam a conduzir a discussão. Nesse sentido, indagamo-nos: qual a importância destas noções (pluriatividade e multifuncionalidade) para compreender os

<sup>3</sup> Ver o site: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>.



processos e transformações que atravessam o campo brasileiro e latino-americano neste começo de milênio? Existem vínculos efetivos entre ambas noções do ponto de vista de sua natureza e significado? Que nível de transcendência teriam tais neologismos para dar conta do estado de arte do mundo rural brasileiro e latino-americano, em toda sua complexidade e abrangência? Partimos da premissa de que tais inquietações são absolutamente pertinentes na medida em que tais noções vêm servindo de fonte inspiradora para uma nova estratégia de atuação do Estado brasileiro no campo das políticas públicas nos espaços rurais, bem como de organizações como a FAO e Banco Mundial (BIRD) no âmbito dos países em desenvolvimento.

A formulação que nos permitimos desenvolver, nos limites deste artigo, avança no entendimento de que a multifuncionalidade há de ser compreendida enquanto *formação discursiva*, ao qual aparece perfeitamente articulada a noção correspondente à pluriatividade. Reivindicamos a importância desse novo olhar sobre a complexidade destes temas como forma de iluminar o debate e inspirar novas reflexões. A próxima seção é dedicada a uma rápida exposição sobre os traços que identificam a formação discursiva, tendo como referenciais as contribuições de Foucault e Pêcheux. A multifuncionalidade representa um novo discurso que busca legitimar-se na contemporaneidade, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades sócio-econômicas que afetam aos espaços não-densamente urbanizados. O itinerário percorrido pela pluriatividade, no plano acadêmico e sócio-político, permite compreender a dimensão que esse debate alcança nesse começo de milênio (Sacco dos Anjos e Caldas, 2004).

## 2. Formação discursiva: elementos de um debate

Em “*A Arqueologia do Saber*”, Foucault estabelece as bases do que concebe como formação discursiva, a qual é entendida como expressão de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. Além disso, esclarece:

Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (Foucault, 1987, p.43-44; destacado no original).

No capítulo seis da aludida obra (*A formação das estratégias*), Foucault considera que uma formação discursiva será individualizada quando se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam. Em outras palavras:

[...] se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações. Por exemplo, a análise das riquezas, nos séculos XVII e XVIII, é caracterizada pelo sistema que pôde formar, ao mesmo tempo, o mercantilismo de Colbert e o “neomercantilismo” de Cantillon; a estratégia de Law e a de Paris-Duverney; a opção fisiocrática e a opção utilitarista (Foucault, 1987, p. 75; aspas no original).

Temos aqui evidenciados os traços fundamentais que identificam a formação discursiva, a qual é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e coerência, cuja unidade constitutiva é o enunciado. Nesse sentido,

O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus



cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (Foucault, 1987, p. 135-136).

O último aspecto que se torna fundamental destacar na concepção *foucaultiana* de formação discursiva tem a ver com o papel da contradição, a qual é vista como princípio organizador e como lei fundadora a conferir-lhe fundamento e substância:

[...] longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar. [...] **A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade** (Foucault, 1987, p.173; grifos nossos).

Em última análise, analisar o discurso,

é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência (Foucault, 1987, p. 173-174).

Diferentemente de Foucault, Pêcheux reconhece os vínculos existentes entre discurso e ideologia. Nesse sentido, esclarece que:

[...] se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (Pêcheux, 1990, p.166-167).

Para os efeitos desse artigo torna-se crucial fixar os aspectos evocados nesta sumária referência a essa importante obra de Foucault para dar cabo dos interrogantes anteriormente referidos sobre os vínculos existentes entre pluriatividade e multifuncionalidade do ponto de vista deste instrumento interpretativo.

### 3. Modernização, multifuncionalidade e formação

Na secção introdutória deste artigo mencionamos que a incorporação da noção correspondente à pluriatividade à agenda de investigação social brasileira e latino-americana, é muito recente. O mesmo há que ser dito com relação à multifuncionalidade, cujos primeiros estudos e referências só começam a aparecer nos meios acadêmicos neste começo de milênio.

Algumas correntes e estudiosos tratam de criticar os que dela se utilizam para interpretar a realidade agrário-rural brasileira e latino-americana por entender que o universo de questões que atravessam o campo brasileiro em nada se identifica com a trajetória recente dos países desenvolvidos. Partem do suposto de que se trata de simples importação de conceitos traduzidos como neologismos de escassa transcendência e significado.

Curiosamente, nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou seja, no grupo das nações mais ricas do planeta, o surgimento dessas noções aparece articulado, de um lado, com a natureza das transformações do campo a que os acadêmicos são conclamados a dar respostas interpretativas, e, de outro, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento e adequação do marco político e institucional. O que aqui se busca alertar é para o fato de que, em nosso país, as aludidas noções foram introduzidas por força da atuação de acadêmicos para dar conta de processos até então desconhecidos ou negligenciados (a *pluriatividade*), bem como para oferecer concepções inspiradoras (a *multifuncionalidade*) que qualifiquem o processo de intervenção estatal na agricultura e no



mundo rural. Esta espécie de *inversão* alimenta o ceticismo e descrédito com relação ao potencial heurístico de ambos conceitos.

A estratégia metodológica adotada requer um breve resgate sobre o itinerário recente da Política Agrária Comunitária (PAC) e das mudanças operadas no marco político e institucional dos países capitalistas centrais. A passagem do discurso em favor da modernização agrária para o da multifuncionalidade estabelece um verdadeiro divisor de águas, não apenas enquanto padrão de desenvolvimento, mas como objeto pertinente de investigação social em sua complexidade.

### 3.1 Modernização agrária e agricultura a tempo parcial

O espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 abarca um período no qual houve uma inversão radical na dinâmica em que operava o setor agrário das nações do velho continente e de outros países integrantes da OCDE, demasiado breve e marcado pela rápida passagem do estado de *escassez* ao de *excesso* de alimentos e matérias-primas.

Renascendo das cinzas da segunda grande guerra, as agriculturas e os agricultores assumem um papel fundamental no sentido de prover a sociedade com uma oferta alimentar crescente que sustenta um padrão fordista de produção, com base numa política de alimentos baratos (*cheap food policy*) e que se impõe no marco de uma divisão do trabalho orientada a impulsionar a recuperação de economias destroçadas. As tecnologias da revolução verde (agroquímicos e cultivares de alto rendimento) estabelecem um salto decisivo, consolidando as bases para uma ampliação sem precedentes na base produtiva. As organizações agrárias (cooperativas e sindicatos) conquistam novas fontes de legitimidade no cumprimento destas funções que acarretam, entre outros aspectos, um processo de especialização crescente de regiões e de produtores. Incrementa-se, exponencialmente, a produtividade dos fatores de produção (terra e trabalho).

Nesse sentido, como indicam recentes estudos,

*É muito provável que em nenhum outro país do mundo a construção social do "agricultor", enquanto categoria profissional, haja granjeado tanto protagonismo e relevância como na França dos anos 1960. A modernização espetacular da agricultura gala logrou situar esta nação<sup>4</sup>, depois dos Estados Unidos, no segundo posto entre os principais exportadores agrícolas do planeta. Mas o fundamental a destacar aqui é que estas cifras são o resultado de um movimento encabeçado pelos sindicatos e organizações profissionais ante o compromisso estabelecido com o Estado, inicialmente interessado na expansão da eficiência técnica da agricultura e na oferta crescente de alimentos. (Sacco dos Anjos, 2003, p.54; aspas no original)*

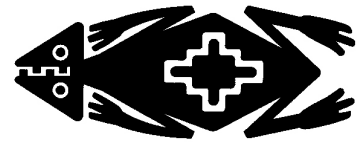
Nos distintos continentes a agricultura passa a ser uma atividade cada vez mais regulamentada, particularmente no que toca à definição do nível de renda dos agricultores, movimento este que se traduz na ampla dependência em relação ao preço dos produtos, na crescente mercantilização das relações sociais e na conversão dos agricultores à condição quase exclusiva de produtores de valores de troca. Mas o *eclipse* do camponês tradicional europeu e a ascensão do agricultor profissional trazem consigo outros desdobramentos, como aludem alguns estudos,

*Um deles reside na não-aceitação, ou mesmo exclusão, por parte dos agricultores profissionais e de suas estruturas representativas, da condição de agricultor ao que exerce suas atividades a tempo parcial. De fato, o "métier de agricultor" não admite espaço ao que hoje se conhece como "práticas pluriativas" tanto*

---

<sup>4</sup> A França produz hoje 22% da produção agrária europeia e concentra 7,7% do mercado mundial de exportações, logo depois do lugar assumido pelos Estados Unidos da América com uma proporção equivalente a 11,6% (Hervieu, 1997, p.81).





ao nível do discurso como das atitudes das organizações profissionais francesas. Desde meados da década de 1960 ditas práticas são condenadas e rechaçadas, não só porque ferem o dogma do monismo do "mundo agrícola", mas porque supostamente implicam impor uma concorrência desleal com aqueles agricultores que não contam com recursos complementares e que, além disso, representam um conjunto de iniciativas que retardam o desenvolvimento agrícola. (Sacco dos Anjos, 2003, p. 55).

Há, portanto, um conjunto de regularidades que conferem homogeneidade e coerência ao enfoque modernizante enquanto formação discursiva nos termos referidos na secção precedente. Entre os pilares que o sustentam está a defesa de um padrão de exploração moderna, comprometido com a expansão ilimitada da produção e da produtividade. Seu princípio organizador, seguindo a concepção *foucaultiana*, tem por contradição um padrão de exploração totalmente oposto, qual seja, a que funciona em tempo parcial, incapaz, em última instância, de assegurar uma ocupação plena da força de trabalho, de responder aos imperativos do mercado e de incorporar integralmente as inovações tecnológicas.

Seguindo a perspectiva sugerida por Pêcheux, estamos convencidos de que existe uma "materialidade ideológica" na retórica *modernizante* apregoada pelos Estados nacionais e pelos aparelhos ideológicos da então Comunidade Económica Européia.

É importante mencionar que o critério adotado nos países da OCDE para enquadramento das explorações levava em conta o tempo de trabalho dedicado pelo titular ao próprio estabelecimento. Esse procedimento confrontava explorações *full time*, de um lado, e explorações de tipo *part time*, de outro, como pólos antagônicos de uma escala em que o primeiro tipo era obviamente referido como padrão idealizado e ardorosamente defendido por agricultores, pelos Estados e pelas organizações agrárias.

### 3.2 Multifuncionalidade e pluriatividade: a emergência de um novo discurso sobre a agricultura

A primeira metade dos anos 1980 é marcada por uma mudança radical no cenário político dos países industrializados. O quadro que se desenha nestes tempos revela um mercado internacional que sofre os efeitos dos excedentes de produção gerados pela impressionante máquina produtiva em que se converteu a agricultura dos países capitalistas avançados. Nesse sentido, às freqüentes crises de superprodução e ao permanente clima de instabilidade começam também a perceber-se, com clareza, a importância dos aspectos ecológicos e dos problemas gerados pela agricultura de base fordista e da incessante pressão que ela acarreta sobre os recursos naturais.

De forma bastante objetiva podemos dizer que no aludido período cresce o reconhecimento de que se estava praticando uma agricultura onerosa, incapaz de ocupar minimamente a força de trabalho rural, que produzia a degradação dos recursos naturais e gerava uma série de conflitos e distorções no comércio mundial.

Reveste-se de importância tal percepção dos fatos por parte dos consumidores e dos atores sócio-políticos em geral, na medida em que aponta para claros indícios de uma crise de legitimidade do Estado moderno no que afeta à regulação da atividade agropecuária. De outra parte, é colocado em xeque o tradicional papel do setor agrário enquanto provedor de alimentos à sociedade, fazendo igualmente ruírem os pilares políticos e éticos que sustentavam o famoso slogan "*Nuestro oficio consiste em alimentar a la humanidad*" a que Hervieu (1997, p.99) evocou para caracterizar um período emblemático da história agrária européia.

Em 1985 a Comunidade Européia elabora um importante documento intitulado "*Perspectivas para a PAC*", conhecido também como "*Livro Verde*", no qual são introduzidas algumas propostas e elementos inovadores e onde aparece destacado o papel da agricultura na proteção do meio ambiente e a conveniência de concessão de ajudas diretas orientadas à melhoria das rendas dos agricultores, sempre e quando estas não se traduzam na geração de novos



excedentes agrícolas. O novo enfoque expressa a idéia de subvenções destinadas a fomentar a diversificação das atividades junto às propriedades através do turismo, do artesanato, da transformação e elaboração de alimentos nas próprias unidades produtivas.

O segundo grande ciclo de reformas coincide com o período compreendido entre 1985 e 1991. A necessidade de mudanças cresce, haja vista o fato de que o conjunto de medidas anteriormente adotadas não surtiu o efeito desejado no sentido de uma redução substancial no volume da produção agrícola. Os gastos do FEOGA<sup>5</sup> se haviam multiplicado por 2,75 na década dos oitenta (Etxezarreta, 1995, p.63), como resultado do aumento dos excedentes de produção. Na tentativa de superar esta situação é introduzida, já a partir de 1988, uma nova disciplina orçamentária que trata de limitar as ajudas à agricultura. Diante disso, o aumento dos gastos com o setor agrário passa a estar condicionado e subordinado ao crescimento do Produto Nacional Bruto da então CEE.

O sentimento de oposição em relação ao sistema intensivo da agricultura de base fordista praticado pela CEE não é exclusivo dos cidadãos comunitários, até porque a vocação do modelo, em seus traços fundamentais, é a mesma a imperar em outras partes do planeta. A Revolução Verde, como sublinhamos anteriormente, significou, indiscutivelmente, a *homogeneização das agriculturas mundiais*, seguindo premissas fortemente etnocêntricas, tendo como marco referencial o modelo euro-americano de produção agropecuária.

Há que recordar que uma fonte importante das críticas dirigidas à PAC reside na crescente preocupação das pessoas em face dos impactos ambientais da agricultura produtivista e intensiva posta em marcha pela CEE, desde que foi concebida na década de 1960. Sinteticamente, ao final dos anos oitenta, a CEE praticava *una agricultura ineficiente en términos de asignación de recursos a actividades no deseadas, costosa en términos presupuestarios, conflictiva en sus relaciones internacionales y perniciosa en términos ambientales* (Etxezarreta, 1995).

Surgido em 1988, o importante estudo intitulado "*O Futuro do Mundo Rural*" marca uma guinada decisiva, enquanto marco conceitual, o qual repercutirá decisivamente nos rumos da PAC. O traço essencial repousa na efetiva opção que se faz em favor do "*desenvolvimento do meio rural*" em lugar da reiterada insistência no conteúdo eminentemente agrarista que até então pautava a atuação eurocomunitária. Posteriormente, no mesmo ano, aparece o "*Informe da Comissão sobre Agricultura e Meio Ambiente*", expondo a necessária vinculação existente entre a atividade agrária e a dimensão ambiental. Em última instância, este documento reivindica o sentido de reforma da PAC no caminho da incorporação dos aspectos ecológicos ao debate.

A ênfase na melhoria das estruturas e condições de produção revela a existência de novas prioridades. Inaugura-se um período marcado, sobretudo, pela inclusão da "*perspectiva espacial*" no âmbito da política agrária. No mencionado estudo "*O Futuro do Mundo Rural*" não somente se enaltecem os problemas advindos da agricultura intensiva praticada pela recém-criada "União Européia", senão que se chama a atenção a respeito do fato de que o espaço rural não pode estar simplesmente reduzido ao cumprimento de funções produtivas, devendo jogar um papel decisivo no equilíbrio ecológico e no suporte às atividades de ócio e recreação.

Todos estes importantes documentos, surgidos entre o final dos anos oitenta e início dos noventa, estabelecem o que se convencionou chamar de "*Novos Enfoques sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural*", refletindo uma nova filosofia de intervenção sobre a agricultura e o mundo rural.

O fato é que os países desenvolvidos atingiram uma condição no qual os avanços tecnológicos no campo da agricultura ultrapassam a própria capacidade de consumo e absorção de alimentos e matérias-primas. Frente a este quadro, o fundamental é que o espaço rural perde

---

<sup>5</sup> Representa a principal fonte de recursos que financiam a Política Agrária Comunitária, qual seja, o Fundo Europeu de Garantia dos preços dos produtos agrícolas.





progressivamente protagonismo como objeto estrito de produção agrária, em detrimento de outros papéis ou funções (paisagísticas, turísticas e ecológicas) que devem ser matéria de permanente valorização por parte de uma sociedade moderna e plural. Do mesmo modo, admite-se não ser mais possível assegurar ingressos econômicos suficientes a todas as famílias baseados *única e exclusivamente* na agricultura.

Esta espécie de "*desagrarização*" do meio rural não significa apologia ao cessamento compulsório das atividades agrícolas por parte dos setores mais vulneráveis da agricultura comunitária (explorações familiares médias ou muito pequenas). O crucial é induzi-las à diversificação de suas fontes de ingresso, estimulando a necessária busca de incorporação de valor aos produtos no seio do próprio estabelecimento ou via exploração de novas linhas de atuação, com ênfase nos chamados "*nichos de mercado*" (artigos diferenciados, denominações de origem<sup>6</sup> ou produtos especiais). Em ambos casos, o objetivo é o de converter o agricultor em um agente de grande capacidade, um "*empresário rural*" por excelência. Em definitiva, encontramos-nos diante de uma mudança verdadeiramente radical no plano político e institucional, no qual foram erigidos os alicerces necessários para construir um *novo discurso* sobre a agricultura e sobre o mundo rural. Surgia, assim, a *multifuncionalidade*, um neologismo que é rapidamente incorporado ao jargão acadêmico e político internacional.

Para muitos analistas, particularmente os que defendem o interesse de países agroexportadores, como é o caso do Brasil, trata-se, tão somente, de uma forma enrustida de proteger os amplos subsídios que ainda sustentam, particularmente, a produção agropecuária da União Européia e Japão, os quais seguem distorcendo os preços praticados nos mercados internacionais, obstaculizando as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

O início dos anos 1980 compreende um período no qual se dá a constatação de que o *part time farming* se havia espalhado pela maior parte dos países centrais. No plano acadêmico, cresce o entendimento de que o tempo de trabalho não representa um critério adequado para identificar um fenômeno de tamanha complexidade. Do mesmo modo, brota o entendimento de que a unidade de análise não pode ser mais o titular ou cabeça da exploração, mas a família rural, que lança mão de inúmeros artifícios para garantir a reprodução social de seus membros. Trata-se da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas realizadas no interior ou fora da própria exploração. No contexto dos países anglo-saxões, é inicialmente introduzida a expressão *multiple job holding*, a qual é substituída por outro termo - a pluriatividade - que é assimilada, nos diversos idiomas (*pluriactivity*, *pluriactivité*, *pluriactividad*), para caracterizar um tipo de exploração tido agora como *moderno* e perfeitamente adequado aos novos tempos regidos pelo chamado *pós-productivismo*.

O incentivo à pluriatividade justifica-se ante o peso de inúmeros atributos desta forma de organização da exploração familiar, destacando-se, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea, voluntária e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos). Além disso, por favorecer não só a possibilidade de uma maior integração de atividades no âmbito interno da exploração (reciprocamente complementares), bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo, indústria) que convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso econômico.

O Quadro 1 representa um esforço por identificar as diferenças entre as formações discursivas aqui confrontadas. O padrão fordista de produção agropecuária, intensivo e especializado, compromete, entre outros fatores, a preservação dos recursos naturais e enfraquece o tecido

---

<sup>6</sup> De acordo com Hervieu (1997, p. 83), as denominações de origem constituem um verdadeiro "arsenal jurídico" que permite "*restaurar la territorialización de la producción agraria que las tendencias de origen económico tienden a borrar*".



produtivo e social dos territórios por sua rigidez, estreita dependência das fontes públicas e por promover a artificialização dos mercados. Os recentes episódios envolvendo a crise das dióximas e síndrome das vacas loucas não fazem mais que destapar o véu que ocultava um rosário de contradições a que fizemos breves alusões neste artigo.

A substituição do *part time farming* pelo novo termo - a pluriatividade - não pode ser vista apenas como simples alteração semântica, mas como expressão cristalina desta radical ruptura no plano do discurso das organizações e dos atores sociais implicados. A multifuncionalidade, em última instância, é guindada à condição de formação discursiva emergente, a qual estabelece como antípoda, ou contradição mais evidente, um tipo de exploração *demasiado cara* do ponto de vista ambiental, econômico, político, social e cultural, a qual se apresenta ancorada numa lógica de funcionamento incompatível com os imperativos éticos e sociais desses novos tempos. A era do *produtivismo a ultranza* havia finalmente chegado ao seu ocaso.

Na percepção de Foucault, o discurso é concebido como resultado do encontro entre um sujeito enunciador, um momento histórico e um lugar determinado. No nosso caso, o discurso da modernização ostenta sinais evidentes de um tempo histórico, de atores sócio-políticos e circunstâncias facilmente reconhecíveis em face de suas implicações e do sistema de relações que lhes correspondem. Quando aludimos à formação discursiva não nos estamos referindo imediatamente a uma teoria científica, mas a acontecimentos históricos e eventos lingüísticos que encerram processos concretos, práticas, concepções e estratégias. Ao falar de modernização agrícola poder-se-ia evocar um sistema de dispersão de que fazem parte enunciados formulados por instâncias diversas, os quais inexistem fora de seu tempo histórico.

É dentro desse sistema de dispersão que historicamente é modelado o discurso da modernização, apregoado pelas instituições públicas, organizações sócio-profissionais e uma gama de atores sociais, cujas regras de formação são bastante definidas. Mas para que se identifique uma determinada formação discursiva há que existir enunciados, os quais não são apenas frases, expressões ou relações lógicas, mas acontecimentos histórico-lingüísticos. Alguns exemplos são suficientes para ilustrar a natureza dos enunciados que conformam a modernização enquanto formação discursiva. Quando falamos de produtividade, especialização, ingresso de divisas, ganhos à escala, complexo agroindustrial, cadeias agroalimentares nos estamos referindo a uma classe de objetos e eventos lingüísticos facilmente identificáveis e mutuamente inter-relacionados.

O momento presente aponta uma importante ruptura, não apenas por evidenciar outras modalidades de conflitos, mas por desvendar novos processos que, ao fim e ao cabo, deslocam os eixos de poder para outras direções. Nessa dimensão há que mencionar a pressão crescente imposta por uma classe de consumidores cujo peso político é crescente, os quais denunciam o elevado custo dos subsídios, os altos níveis de degradação ambiental e a elevada contaminação dos alimentos. Assim também emerge o poder exercido por um setor importante da população que não mais reconhece o papel dos agricultores como gestores quase exclusivos dos espaços naturais. Desse novo tempo histórico ganham vulto novas concepções, não apenas as que relacionam com o padrão produtivo e com o uso dos recursos, mas com a forma com que a sociedade reconhece e valoriza estes domínios. Deste sistema fazem parte expressões enunciativas igualmente carregadas de significado, como é o caso da diversificação, flexibilização, sustentabilidade, patrimônio cultural, valorização paisagística, etc. A exploração pluriativa, por suas características, emerge como uma espécie de “campo de irradiação” dessa formação discursiva que delimita certas práticas e formas de organização que se pretende, em uma palavra, potencializar.

#### 4. Considerações finais



Não resta dúvida de que, num curto espaço de tempo (menos de vinte anos), tanto no plano político<sup>7</sup> como acadêmico, as posturas e valorações acerca da agricultura a tempo parcial e da pluriatividade modificaram-se radicalmente. Na esfera política, passou-se da censura, por considerá-la como obstáculo à modernização agrária ou mesmo um freio à evolução das estruturas agrárias, a uma situação no qual reduzem-se as resistências, tendo em vista o potencial a ela atribuída, no sentido de promover o fortalecimento do tecido produtivo local, o equilíbrio territorial, a conservação ambiental, preservação de raízes culturais, bem como a reordenação do território.

No plano estritamente acadêmico, o grau de modificações não foi menos intenso. Admitido como fenômeno de escassa importância, se lhe vinculava à condição de situação social de transição, a qual desapareceria como consequência natural da dinâmica da agricultura moderna. Sabe-se hoje, portanto, que a pluriatividade, em suas distintas acepções, constitui-se numa das mais numerosas unidades taxonômicas, ao mesmo tempo em que vem sendo vista como uma das chaves que permitem entender a tenacidade e plasticidade de uma agricultura familiar que persiste em um contexto permanentemente instável e, por vezes, bastante adverso. Considerada igualmente como de quase exclusiva incidência no âmbito dos países desenvolvidos, constata-se, posteriormente, que é também importante na perspectiva das economias em desenvolvimento, como no caso dos países da América Latina.

O que aqui se buscou evidenciar é que o período destacado coincide com uma mudança igualmente decisiva do ponto de vista de uma formação discursiva erigida em torno a um padrão de exploração agropecuária idealizado por organizações agrárias, fomentado e amparado por políticas públicas (financiamento, garantia de preços dos produtos e mecanismos de subvenção). Entretanto, não há como desconhecer o fato de que o discurso da multifuncionalidade enfrenta resistências, tanto em nível externo, considerando o interesse dos países exportadores que criticam o elevado nível de subsídios praticado nos países “amigos da multifuncionalidade”<sup>8</sup>, quanto interno, levando em conta, nesse caso, um considerável contingente de agricultores que não aceitam o papel de “jardineiros da natureza” e outras funções que lhes vêm sendo atribuídas.

Destarte, a agricultura há que ser vista, como alude Hervieu (1997, p.160), enquanto uma profissão como outra qualquer, a qual deve lutar para encontrar novas fontes de legitimidade para assegurar seu espaço no plano político por intermédio de um novo contrato social que, entre outras coisas, restabeleça os vínculos com o território e com a produção sustentável de alimentos e matérias-primas, assim como com a preservação da biodiversidade.

Há, entretanto, inúmeros problemas relacionados a esse novo discurso que busca impor-se na arena dos debates desencadeados dentro da União Européia, dentro de cada país, bem como no

---

<sup>7</sup> A partir de meados dos anos 1970, a mudança de atitude é clara e carregada de significado no caso francês, especialmente no plano das organizações sindicais, tendo em vista a tradicional posição assumida durante a Quinta República. Tanto a FNSEA (Federação Nacional dos Produtores Agrícolas) como a CNJA (Centro Nacional de Jovens Agricultores) passam a revisar posições anteriores em decorrência de inúmeros fatores. A pluriatividade, como destaca Carneiro (1996, p.92), passa a ser encarada: a) como recurso capaz de enfrentar as frequentes crises de superprodução agrícola e a ameaça, cada vez mais presente, de desertificação do campo, especialmente nas zonas desfavorecidas e impossibilitadas de desenvolver uma agricultura empresarial; b) como atividade capaz de absorver os jovens até o momento em que definitivamente assumam a direção da propriedade paterna; c) como alternativa, não só para os agricultores excluídos do processo de produção, mas por explorações que, havendo ingressado nesta dinâmica, sofrem os efeitos de esgotamento do modelo produtivista.

<sup>8</sup> O grupo intitulado “amigos da multifuncionalidade” é integrado pelos países da União Européia, incluindo ainda Bulgária, Coreia do Sul, Islândia, Israel, Japão, Liechtenstein, Noruega, Suíça e Taiwan.



âmbito das negociações multilaterais travadas nas últimas rodadas da Organização Mundial do Comércio. No espaço que aqui dispomos, seria impossível abordar minimamente os termos essenciais desse debate.

A multifuncionalidade tem a ver com o reconhecimento de que a agricultura é capaz de produzir externalidades positivas para a sociedade, assumindo, como o nome indica, inúmeros papéis (preservação do patrimônio cultural e paisagístico, conservação dos recursos naturais, etc.), mais além da produção agropecuária *stricto sensu*. A pergunta óbvia que se impõe poderia ser formulada nos seguintes termos: mas de que agricultura estamos falando? Da que vem até hoje sendo praticada em muitos países europeus, apoiada em métodos intensivos e de corte estritamente produtivista? Outra questão parece ser a de que se está falando de multifuncionalidade da agricultura quando na verdade se está pensando no ambiente rural, hoje habitado, em muitos países desenvolvidos, por um número cada vez mais reduzido de agricultores. Encontramo-nos diante de um quadro em que novos atores sociais<sup>9</sup> vêm crescentemente assumindo papéis até então exclusivamente atribuídos aos agricultores enquanto gestores dos territórios rurais e do patrimônio ambiental que encerram. Já há estudos debruçados sobre a natureza desses novos conflitos.

Também é verdade o fato de que amplos setores da agricultura não assimilaram esse novo discurso em sua plenitude, como é o caso das grandes corporações agroindustriais que defendem seus interesses imediatos. Desse conjunto, por muitos identificados como de “fundamentalistas agrários”, fazem parte aqueles produtores que não se identificam com o papel de “jardineiros da natureza”, assim como pelo fato de serem remunerados pelo que não estão efetivamente produzindo, como no caso das ajudas diretas desvinculadas da produção. No plano acadêmico e institucional as valorações em torno da agricultura a tempo parcial, e, mais recentemente, da pluriatividade, delimitam um terreno a partir do qual é possível vislumbrar a ascensão de uma nova formação discursiva.

## 5. Referencias

CAMPANHOLA, CLEITON; GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ (editores): **O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)**. Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, Vol. 4.

CARNEIRO, MARIA JOSÉ: “Pluriatividade no campo: o caso francês”, en **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1996, ano 11, n.32, pp.89-104.

ETXEZARRETA, MIREN *et al.*: **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: MAPA, 1995. 658 p.

FOUCAULT, MICHEL: **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 239p.

HERVIEU, BERTRAN: **Los Campos del Futuro**. Madrid: Ed. MAPA, 1997. 186 p.

Projeto Rurbano disponível en: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>>.

PÊCHEUX, MICHEL: “Análise automática do discurso”, en: Gadet, Françoise & Hak, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1990.

SACCO DOS ANJOS, FLÁVIO: “A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer’s em Santa Catarina”, en: **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, SOBER, 1994, Vol. I, pp.442-449. 650p.

SACCO DOS ANJOS, FLÁVIO: **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: UFPEL, 2003. 374p.

<sup>9</sup> Nessa condição incluem-se os chamados “neo-rurais”.

Theomai 20  
2do semestre  
2nd semester  
2009



SACCO DOS ANJOS, FLÁVIO; CALDAS, NÁDIA VELLEDA: "*Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas*", en: Campanhola, Cleiton e Graziano da Silva, José (Org.). **O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília, DF, 2004, 1ª. ed., Vol. 7, pp. 71-105.

SCHNEIDER, SÉRGIO: "*As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial*", en: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1995, Vol. 16, n.1, pp.105-129.

SCHNEIDER, SÉRGIO; NAVARRO, ZANDER: "*Emprego Agrícola e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997*", en: Campanhola, Cleiton e Graziano da Silva, José (editores) **O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)**. Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, Vol.3, 2000. pp.15-48.